REGIMENTO ELEITORAL

Art. 1º Os membros dos órgãos que compõem o sistema diretivo da FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas - serão eleitos em processo eleitoral único, trienalmente, de conformidade com os dispositivos legais e determinações do estatuto da Fenaj e deste Regimento Eleitoral.

Art. 2º As eleições de que trata o artigo anterior serão realizadas em até 30 (trinta) dias do término dos mandatos vigentes.

Art. 3º É eleitor todo associado efetivo que, na data da eleição, tiver:

I - mais de 3 (três) meses de inscrição no quadro social do Sindicato;

II - quitado as mensalidades até as eleições;

III - no gozo dos direitos e deveres conferidos pelos Estatutos das Entidades Sindicais filiadas, desde que não se confrontem com o Estatuto da Fenaj e este Regimento Eleitoral.

Art. 4º Os documentos válidos para identificação do eleitor:

I - Carteira de trabalho;

II - Carteira de Identidade;

III - Carteira de Identidade de Jornalista;

IV - Carteira de habilitação.

Art. 5º O processo eleitoral para a escolha dos membros dos órgãos que compõem o sistema diretivo da FENAJ será direto, secreto, universal e presencial.

Art. 6º É permitido o voto em trânsito, para eleitores de outro Estado, desde que comprovem estar em dia com sua entidade sindical.

Art. 7º Poderá ser candidato o associado que, na data da inscrição da chapa, tiver mais de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato e que estiver em dia com suas mensalidades e no gozo dos direitos conferidos pelos Estatutos sindicais.

Art. 8º Será inelegível, bem como fica vedado de permanecer no exercício de cargos eletivos, o associado:

I - que não tiver definitivamente aprovadas as suas contas em função de exercício em cargos de administração sindical;

II - que tiver lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;

III - que estiver exercendo mandato eletivo.

Art. 9º A Diretoria Executiva da FENAJ convocará o Conselho de Representantes para detalhar o calendário eleitoral, respeitando as regras determinadas neste Regimento Eleitoral, em até 120 (cento e vinte) dias da data prevista para o término do mandato da diretoria.

Art. 10. O Conselho de Representantes indicará à Comissão Eleitoral Nacional, que deve ser composta por 5 (cinco) efetivos e 2 (dois) suplentes.

§ 1º A Comissão Eleitoral Local, composta por 3 (três) jornalistas, é indicada pelo Sindicato;

§ 2º As chapas inscritas poderão indicar um representante para observar os trabalhos da Comissão Eleitoral Nacional, com direito à voz e com acesso imediato às atas e demais resoluções da comissão eleitoral. Da mesma forma, nos Estados, as chapas também poderão indicar um representante para acompanhar os trabalhos da Comissão Eleitoral Local;

§ 3º A Comissão Eleitoral publicará, em até 100 dias antes do pleito, edital com o calendário eleitoral, as regras e prazo para registro de chapas e candidaturas e prazos para impugnações, no Diário Oficial da União e nos veículos de comunicação da Fenaj, sendo afixado nas sedes e nas subsedes dos Sindicatos.

Art. 11. Os membros da Comissão Eleitoral não poderão integrar qualquer das chapas que vierem a disputar as eleições.

Art. 12. O prazo para apresentação da nominata visando registro de chapas será de 15 (quinze) dias corridos e mais 5 (cinco) dias corridos serão concedidos para complementação da documentação exigida, contados da data de publicação do edital previsto no artigo 10.

Art. 13. O requerimento de registro da chapa, em 1 (uma) via, endereçado à Comissão Eleitoral Nacional e assinado por qualquer dos candidatos que a integram, será instruído com os seguintes documentos:

I - Ficha de inscrição de cada candidato em 2 (duas) vias;

II - Cópia da identidade profissional de jornalista, atualizada;

III - Atestado fornecido pelo Sindicato comprovando sua situação sindical.

IV – Declaração, de próprio punho, com o nome e endereço completo da empresa onde o candidato for empregado para fins de comunicação do registro da candidatura e eventual eleição, conforme exigido pela CLT.

Art. 14. Feito o registro de cada chapa, a Comissão Eleitoral Nacional comunicará, em 24 horas, por escrito e mediante comprovação, à empresa, o registro da candidatura do seu empregado.

Art. 15. O registro de chapas será feito na secretaria da FENAJ, que fornecerá recibo da documentação apresentada.

Art. 16. Será recusado o registro de chapa que não esteja acompanhada das fichas de qualificação preenchidas e assinadas por todos os candidatos.

§ 1º As candidaturas à Comissão de Ética são avulsas e individuais, respeitando-se as condições previstas nos artigos anteriores, quanto à documentação e comprovações;

§ 2º O candidato à Comissão de Ética deverá comprovar o exercício profissional por mais de 10 (anos) anos;

§ 3º As chapas registradas devem ter no mínimo, 30% (trinta por cento) dos cargos ocupados por mulheres;

§ 4º Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, a Comissão Eleitoral notificará o interessado para que promova a correção no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de o registro não se efetivar, admitindo-se dentro desse prazo a substituição de até 20% (vinte por cento) dos membros da chapa;

§ 5º O prazo para registro de chapas e candidatos, em nenhuma hipótese, será prorrogado.

Art. 17. Encerrado os prazos (da inscrição, da apresentação da documentação e da correção e/ou substituição) para o registro de chapas, a Comissão Eleitoral providenciará:

I - a imediata lavratura da ata, que será assinada por todos os seus membros, mencionando-se as chapas registradas, com os nomes de todos os candidatos;

II - no prazo de 6 (seis) dias corridos, a publicação da relação das chapas registradas através dos mesmos meios de divulgação do edital, de que trata o artigo 10 deste Regimento.

Art. 18. Ocorrendo renúncia formal de candidato após o registro da chapa, a Comissão Eleitoral afixará cópia desse pedido na sede e nas subseções do Sindicato.

§ 1º Não será admitida a substituição do candidato renunciante após o registro da chapa;

§ 2º Não será permitido remanejamento;

§ 3º A chapa da qual fizerem parte candidatos/as renunciantes concorrerá desde que estejam preenchidas 80% (oitenta por cento) das vagas da Diretoria, consideradas em sua somatória.

Art. 19. Encerrado o prazo final de registro, inclusive das substituições, será aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para apresentação de pedido de impugnação, a ser apreciado pela Comissão Eleitoral Nacional.

Art. 20. Encerrado o prazo de registro sem que tenha havido registro de chapa, a Comissão Eleitoral Nacional, após comunicação a Diretoria da FENAJ, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, providenciará nova convocação de eleição.

Art. 21. No dia seguinte ao término do prazo para registro de chapas, a Comissão Eleitoral Nacional fornecerá para cada chapa registrada, a relação de associados efetivos pré-qualificados para votar, como previsto neste Regimento.

Parágrafo único. Os sindicatos deverão fornecer à Comissão Eleitoral Nacional, até o dia anterior ao encerramento do prazo para inscrição das chapas, a relação de associados efetivos pré-qualificados para votar em seus Estados, como previsto neste Regimento.

Art. 22. A Comissão Eleitoral Local fixará o horário da recepção dos votos, assegurando um período mínimo de 8 (oito) horas diárias, sendo que, no último dia o horário de encerramento da votação será, obrigatoriamente, às 20 horas, horário local.

Parágrafo único. A eleição poderá ser realizada em 1, 2 ou 3 dias, por decisão do Sindicato; no caso de ser em um único dia, deverá ser sempre no último.

Art. 23. A Comissão Eleitoral Nacional dirige o processo eleitoral. O Sistema Diretivo dos Sindicatos devem colocar à disposição da Comissão Eleitoral Local os documentos requeridos por esta, pertinentes ao processo eleitoral. A Comissão Eleitoral Local dirige o processo de apuração das eleições, podendo se transformar em Mesa Apuradora e tomando suas decisões coletivamente. A impugnação de votos em separado e de urnas é tomada por maioria dos votos.

Art. 24. Em qualquer uma das mesas eleitorais, incluindo as do Interior, a apuração só poderá começar após a checagem de todos os votos em separado com lista geral de votação na qual conste o eleitor. Terminada a checagem, a Mesa Apuradora autorizará a abertura das urnas e contagem de votos. A urna que for aberta sem autorização será impugnada.

Art. 25. A relação dos associados em condições de votar, elaborada em até 10 (dez) dias antes da data da eleição, será fornecida a um representante de cada chapa registrada, mediante requerimento à Comissão Eleitoral Local de cada respectiva base territorial

Parágrafo único. No mesmo prazo, as comissões eleitorais locais deverão informar à Comissão Eleitoral Nacional a quantidade de aptos a votar no respectivo Estado.

Art. 26. As mesas coletoras serão constituídas de pelo menos dois mesários, um deles será o presidente, designados pela Comissão Eleitoral, mediante consulta às chapas registradas.

§ 1º Os trabalhos das mesas coletoras poderão ser acompanhados por fiscais das chapas inscritas, os quais serão escolhidos entre associados efetivos eleitores não candidatos e indicados à Comissão Eleitoral;

§ 2º Os mesários das mesas coletoras serão escolhidos pela Comissão Eleitoral, podendo haver rodízio entre os coletores.

Art. 27. Os associados cujos nomes não constarem na lista de votantes ou os em trânsito, eleitores de outros estados, votarão em separado.

Parágrafo único. O voto em separado será tomado da seguinte forma:

I - o presidente da mesa coletora entregará ao eleitor sobrecarta apropriada, para que ele, na presença da mesa, nela coloque a cédula que assinalou, colando a sobrecarta;

II - o presidente da mesa coletora anotará no verso da sobrecarta as razões da medida, para posterior decisão do presidente da mesa apuradora;

III - O eleitor em trânsito deverá comprovar seu vínculo associativo com o Sindicato do seu estado base.

Art. 28. É facultada a organização de mesas coletoras itinerantes nas redações da sede e subseções dos Sindicatos.

Art. 29. A mesa apuradora será constituída por um presidente, dois auxiliares e um suplente.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Local poderá nomear quantos escrutinadores julgar necessários para a contagem dos votos.

Art. 30. As coletoras nas subseções sindicais poderão ser transformadas em apuradoras supletivas logo após o término da votação, no último dia, autorizadas pela Comissão Eleitoral Local.

Art. 31. Sempre que houver protesto fundado em contagem errônea de votos, vícios de sobrecartas ou cédulas, deverão estas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o processo eleitoral até decisão final.

Parágrafo único. Haja ou não protestos, conservar-se-ão as cédulas apuradas sob guarda do presidente da mesa apuradora, até proclamação final do resultado, a fim de assegurar eventual recontagem de votos.

Art. 32. Finda a apuração, o presidente da mesa apuradora local informará eleitos os candidatos que obtiverem maioria simples ou, no caso de chapa única, 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos, e fará lavrar a ata dos trabalhos eleitorais.

§ 1º A ata mencionará obrigatoriamente:

I - dia e hora da abertura e encerramento dos trabalhos;

II - local ou locais em que funcionaram as mesas coletoras, com os nomes dos respectivos componentes;

III - resultado de cada urna apurada, especificando-se o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;

IV - número total de eleitores que votaram;

V - resultado geral da apuração;

VI - apresentação ou não de protesto, fazendo-se, em caso afirmativo, resumo de cada protesto formulado perante a mesa;

VII - todas as demais ocorrências relacionadas com a apuração.

§ 2º A ata será assinada pelo presidente, demais membros da mesa e fiscais, esclarecendo-se o motivo da eventual falta de qualquer assinatura;

Art. 33. Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições no prazo de 15 (quinze) dias, limitada a eleição às chapas em questão.

Art. 34. Após o término da apuração, no último dia da eleição, caberá ao Sindicato comunicar a FENAJ e a Comissão Eleitoral Nacional o resultado em até 12 horas após o encerramento.

Art. 35. A ata, informando o resultado oficial da apuração na base sindical, deverá ser enviada pelo Sindicato à Fenaj em até 24 horas após o encerramento.

Art. 36. Será nula a eleição quando:

I - realizada em dias diversos dos permitidos no edital ou comunicado oficial;

II - realizada ou apurada perante a mesa constituída em desacordo com o estabelecido neste capítulo;

III - preterida qualquer formalidade essencial estabelecida neste regimento, ocasionando subversão do processo eleitoral;

IV - não for observado qualquer um dos prazos essenciais constantes neste capítulo;

V – quando a eleição com chapa única e esta não atingir 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos;

VI – quando não atingir o quorum de 30% no primeiro turno.

VII – nos estados nos quais não forem realizadas as eleições, a relação dos associados pré-qualificados do sindicato não contará para o quorum nacional.

Art. 37. À Comissão Eleitoral Nacional caberá dirimir as dúvidas surgidas na aplicação deste regimento, cabendo recurso de todos os seus atos ao Conselho de Representantes.

Art. 38. A Comissão Eleitoral Local deve enviar a Comissão Eleitoral Nacional os documentos originais da eleição, mantendo arquivada no Sindicato uma cópia dos documentos, até encerrado o prazo para recurso e julgamento deste.

Art. 39. Divulgado o resultado, correrá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de impugnação do resultado, que deverá ser apreciado dentro de 48 (quarenta e oito) horas pela Comissão Eleitoral Nacional.

Art. 40. Se as eleições, por qualquer motivo, forem anuladas, os integrantes da Diretoria, do Conselho Fiscal e da Comissão de Ética da FENAJ permanecerão em exercício até a data prevista para novo processo eleitoral e posse da nova diretoria eleita.

Art. 41. Caso as eleições sejam anuladas, a Comissão Eleitoral Nacional convocará novo pleito em um prazo de até 10 dias após terem sido julgadas nulas e procederá conforme o previsto neste regimento.

Art. 42. Os prazos constantes deste capítulo, sem exceção, computar-se-ão excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento

1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em feriado, sábado ou domingo.

§ 2º O termo inicial do prazo não coincidirá com sábado, domingo ou feriado, ficando este prorrogado até o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

§ 3º Em se tratando de prazo cujo termo final ocorra antes do seu termo inicial (prazo regressivo), em coincidindo o termo final com feriado, sábado ou domingo, este será prorrogado para o primeiro dia imediatamente anterior.

Conselho de Representantes da FENAJ